

A educação do olhar: uma resposta à crise ambiental

Joana Raquel Fernandes Quina Araujo Peres

Susana Pinto Leite Vasconcelos Teixeira Magalhães

Instituto de Bioética da Universidade Católica Portuguesa

Rua Diogo Botelho, 1327 | 4169-005 Porto

E-mail: ib@porto.ucp.pt | Tel: 226196216 | Fax: 226196291 |

A EDUCAÇÃO DO OLHAR: UMA RESPOSTA À CRISE AMBIENTAL

RESUMO

Diariamente somos confrontados com uma crise ambiental de dimensão planetária. Sabemos que as razões para tal crise são várias, mas também sabemos que o seu cerne remete invariavelmente para a acção humana, pois temos conhecimento das causas que a provocam e definitivamente temos de ser capazes de passar da teoria à prática, de modo a encontrar as melhores soluções.

Trata-se, efectivamente, de um desafio ao nível da alteração dos padrões de comportamento, que passa pela institucionalização de uma lógica de prudência. Se por um lado, a pressão da complexidade dos acontecimentos, a urgência e a vasta amplitude do problema ecológico nos leva a retrair perante a necessidade de mudança, por outro lado é necessário que o homem sinta esta necessidade de mudança como uma exigência de toda a humanidade.

A evidência, a diversidade e a magnitude dos problemas ambientais obrigaram a uma reflexão crescente que se traduziu também numa reflexão sobre os valores que temos vindo a atribuir ao ambiente e consequentemente à natureza.

Com este trabalho pretendemos reflectir sobre a importância da educação para a percepção da crise ambiental e para a compreensão do novo paradigma da ciência pós-moderna, no qual se inscreve um novo modo de agir que é essencial na procura de soluções para esta crise global.

Palavras – chave: crise ambiental; educação; cidadania

1. CRISE, CIÊNCIA E REFLEXÃO ECOLÓGICA

Será que podemos considerar que a humanidade caminha para um estado máximo de entropia? A crise ambiental é uma evidência com que somos confrontados diariamente. A industrialização; o desenvolvimento tecnológico desenfreado sem uma reflexão atenta às consequências do mesmo; a explosão e a implosão demográficas; a poluição no solo, no ar e na água; a perda da biodiversidade; a desigualdade entre os povos; a má distribuição de riquezas, não apenas a nível económico, mas principalmente a nível natural (água, alimentos) - tudo isto representa uma panóplia de perturbações que, caso não sejam controladas a curto prazo, provavelmente colocarão em causa a sobrevivência da espécie humana e do mundo natural.

Se nos tempos mais remotos o homem usufruía do mundo para proveito próprio, a partir de determinado momento começou a tentar conhecê-lo, o que consequentemente levou à sua

transformação. Inicialmente o Homem procurou apenas melhorar a sua estratégia de vida, mas posteriormente concentrou-se na melhoria do seu bem-estar e num terceiro momento começou a tentar modificar “o curso natural das coisas”. Através da reflexão, da capacidade de se projectar no futuro, de inovar e de criar, o Homem adquiriu progressivamente o poder de influenciar e, hoje, de modificar o curso dos factos, nomeadamente nos domínios mais profundos da vida (Bourg, 1996).

À medida que a ciência transfere para as mãos do Homem poderes que antes estavam reservados aos fenómenos da natureza, no que respeita ao nascer, viver e morrer, pergunta-se até que ponto estamos autorizados a exercer esses poderes e em que medida aquilo que é tecnicamente possível se torna eticamente aceitável (Archer, 1996). Embora o desenvolvimento tecnológico desmesurado possa contribuir em muito para o agravamento da crise ambiental, também pode ser visto, com o apoio da ciência, como fonte de solução para os problemas que suscita. São os próprios activistas nesta matéria que afirmam que o desenvolvimento tecnológico irá encontrar soluções para conter os malefícios que decorrem da sua aplicação (Heras, 2003). Nesta procura de soluções para a crise ambiental, o Homem ensaia novos recursos de modo a corrigir os excessos que têm caracterizado a sua acção sobre o meio ambiente. A este propósito, recordemos as chamadas energias verdes, tais como a energia eólica, a energia solar e a das marés, como forma de combater o uso abusivo de combustíveis fósseis. No campo da agricultura, foram feitos esforços no sentido de desenvolver novas técnicas de cultivo, pela modificação genética de plantas, de modo a evitar o uso de pesticidas. Se, por um lado, estas técnicas constituem um avanço, por outro lado, elas podem ser consideradas como um factor potencializador da própria crise, uma vez que contribuem para uma perda de biodiversidade e para uma maior resistência a pragas. Também no campo dos combustíveis têm sido feitas alterações, como por exemplo, as resultantes dos projectos de biodiesel, um combustível com origem em óleos resultantes do girassol e da colza.

São vários os campos em que a ciência e a técnica se têm vindo a desenvolver na procura de um melhor ambiente, recorrendo cada vez menos a produtos poluentes. No entanto, estes projectos não têm avançado suficientemente para contemplar todas as necessidades, o que nos permite afirmar que há uma lassidão da tecnologia que pode ser atribuída a factores económicos e políticos (Küng, 1990).

Face a um ambiente ameaçado e ameaçador, o ser humano é constantemente interpelado a tomar decisões, com o pressuposto de que num mundo global todos os actos locais têm impacto no sistema total. Pela reflexão, o Homem retomou a ligação à Natureza que a tecnologia tinha tornado mis ténue e distante, concluindo que não é viável centrar esta relação na exploração e destruição do meio ambiente. Os paradigmas associados ao crescimento ilimitado, a fé na racionalidade instrumental e a confiança no poder do ser humano começaram a ser postos em causa face aos resultados produzidos. Tal como diz Hans Jonas na sua obra *O Princípio Responsabilidade, é preciso modificar não só o modo de agir como o modo de pensar* (Heras, 2003).

A questão ética fundamental do nosso tempo consiste em avaliar a acção humana com base numa aliança entre o saber biológico e os valores humanos, de modo a realizar a ponte para o futuro proposta por Van Rensselaer Potter em 1971, na sua obra intitulada *Bioethics: a Bridge to the Future*. Não está em jogo apenas a nossa existência física, mas também a nossa própria identidade como seres racionais, uma vez que somos os únicos seres com esta característica, o que nos confere a obrigação de agir enquanto tais para nosso próprio proveito (Queirós, 2003). A mudança do paradigma de acção centrado na produtividade e no lucro para um paradigma baseado no crescimento sustentado e nos benefícios para as gerações contemporâneas e futuras exige uma formação específica. Só através desta formação poderemos ser capazes de fazer julgamentos normativos espontâneos e imediatos sobre o valor moral do agir tecnicamente sobre a vida humana. É neste contexto que defendemos a pertinência e a urgência da educação, pois para pensar eticamente é necessário aprender e habituar-se a fazê-lo (Gonçalves de Castro, 2004). De facto, a literacia implica actualmente a capacidade de pensar criticamente, de se ter comportamentos e não apenas capacidades de um ser letrado, e de pensar sobre o acto de pensar enquanto se desenrola o processo de expressão do pensamento. Esta condição de se estar simultaneamente dentro e fora do sistema, de sermos actores e objectos do conhecimento, é um traço fundamental da cultura pós-moderna caracterizada pela paródia, pela ironia, pela descanonização, pela hibridação, pelo ethos lúdico e anarquizante, bem como pela inversão, pela lógica do avesso, do contrário, da descoroação do rei pelo bobo. (Hassan, 1988). Sendo sujeitos do conhecimento, somos sempre reflectidos no objecto que investigamos, por isso *todo o conhecimento é auto-conhecimento. A ciência não descobre, cria, e o acto criativo protagonizado por cada cientista e pela comunidade científica no seu conjunto tem de se conhecer intimamente antes que conheça o que com ele se conhece do real*. (Sousa Santos, 1987). Pela formação bioética nós podemos contribuir para o desenvolvimento deste auto-conhecimento, dado que *a metodologia nesta área do saber é tendencialmente indutiva, ou seja, parte de sensibilidades éticas consensuais com relação a situações concretas e erige então princípios gerais*. (Archer, 2006) Ao focalizar estas situações concretas, a bioética inclui o sujeito que questiona no objecto questionado, exercitando-se assim o auto-conhecimento referido por Boaventura Sousa Santos. Só pelo auto-conhecimento podemos exercitar a nossa autonomia, respeitar e motivar a auto-determinação do outro, centrando a educação na pessoa e não no indivíduo. Ao perspectivarmos o Outro como pessoa, reconhecemos nele o valor da dignidade e é neste reconhecimento que está o principal instrumento de luta contra a auto-destruição.

A tendência intrínseca do ser humano para a autodestruição e para a destruição do mundo natural tem a sua origem em modelos deficientes de representação da realidade natural por parte da razão teórica e na sedução do poder incondicional que acalentou a nossa razão prática na utopia de nos tornarmos novos deuses. O homem tem de ter consciência de que só pela auto-transcendência pode realizar todas as suas capacidades, ou seja, só é possível ir ao limite de si mesmo na medida em que se observa enquanto age e na medida em que estabelece relações éticas com todos os seres vivos que

fazem parte do ecossistema. Trata-se, portanto, de exercitar uma nova forma de olhar e de construir o saber ancorada na concepção da Pessoa como ser solitário e solidário. É porque é um ser ético que o ser humano se respeita a si próprio quando respeita os outros seres vivos (Nogueira, 2000). O problema ambiental tem de ser encarado de forma global, para que a justiça, a solidariedade, a dignidade, a qualidade de vida e os direitos humanos triunfem, sobrepondo-se aos interesses políticos e económicos.

2. RELAÇÃO HOMEM – NATUREZA

Com o despertar para uma reflexão ecológica, o ser humano tem procurado cada vez mais trabalhar em proveito da protecção da natureza. Porém, esta atitude está associada à extrema necessidade de preservar e melhorar a sua qualidade de vida. Verifica-se assim que o respeito pela natureza não se opõe a esta atitude antropocêntrica, na qual o princípio da beneficência para si e para os outros ocupa um lugar de destaque (Morin, 1991).

O problema ecológico exige que o ser humano proceda a uma forte reflexão, quer sobre a relação fundamental que mantém com o cosmos, quer sobre a especificidade e a estranheza desta relação. Que pressupostos essenciais poderão ajudar a humanidade a colocar a salvo o limiar do terceiro milénio? Como reencontrar uma cultura que não volte a separar o homem do cosmos, mas que, pelo contrário sublinhe a sua inerência nesse cosmos? Segundo Jean Ehrard, “o grande sonho do século era o da humanidade reconciliada consigo mesma e com o mundo, o que por sua vez contribuiria para uma harmonização espontânea com a ordem universal” (Touraine, 1995).

A imagem que o homem constrói de si define-o no presente e condiciona-o para o futuro. É essencial para o ser humano instaurar um novo modo de agir, aceitar a sua condição de ser natural. Sejam quais forem os seus projectos de um futuro melhor para a humanidade, um princípio ético fundamental tem de ser respeitado: o homem nunca deverá ser utilizado simplesmente como um meio, mas permanecer um fim em si mesmo. O critério da sua humanidade reside assim na sua auto-finalização (Küng, 1990).

Tendo em conta tudo o que foi dito anteriormente, a crise do ambiente torna-se um veio condutor decisivo para a reorganização dos discursos e das práticas sociais críticas, renovadoras e alternativas. O que está em causa, provavelmente, é a luta pela sobrevivência de uma civilização humana técnico-científica e planetária. O paradigma ambiental convida ao respeito pelo que é plural e diferente, desafia à prudência, incita à responsabilidade tanto individual como colectiva. Trata-se de transformar a vida em geral e o amor pelo mundo natural num factor de mobilização em proveito do aumento das possibilidades expressivas e criativas da existência no seu conjunto (Smith, 1998). Esta mobilização só é possível se a reflexão anteceder a acção para prever o imprevisível e prevenir o

irreversível. Sabendo que a falha na conduta ética pode ser originada pela falta de conhecimento ético e/ou pela ausência de motivação para o fazer, parece-nos urgente promover o ensino da Bioética na escola secundária e aprofundá-lo na Universidade, dotando os futuros consumidores de biotecnologia de ferramentas de reflexão e de tomada de decisão sobre as intervenções da técnica na Vida Humana e no seu habitat. A aquisição de conhecimentos sobre os processos científicos em causa (clonagem, organismos geneticamente modificados, energias alternativas, etc.), as várias perspectivas éticas sobre os mesmos, os princípios (bio)éticos subjacentes à análise das diferentes situações e a leitura de casos práticos e de narrativas ficcionais e não ficcionais como base para a reflexão, contribuem para a formação da consciência bioética, sem a qual nos parece impossível dar resposta às questões ambientais. Em *Ética y Literatura*, M^a Teresa Vieja defende a importância do texto literário no campo da Ética pela densidade de argumentos que acrescenta à reflexão, ao permitir que nos coloquemos no lugar do Outro através da exposição do particular. Podemos argumentar que esta ponte entre o particular e o universal que a Literatura constrói resulta essencialmente das deliberações realizadas pelas personagens e da reescrita das vozes muitas vezes silenciadas por quererem lembrar acontecimentos particularmente trágicos da nossa História: ‘El uso reflexivo de la Literatura responde à necessidade de contar e de recordar experiencias semejantes, de forte relieve moral y político.’ (Vieja, 2003).

Numa era global, as questões são locais e globais, exigindo um olhar novo. É este olhar que a reflexão Bioética permite exercitar, pois, sendo construída pelo diálogo entre várias ciências das Humanidades e da Vida, pode combater a parcelização e disciplinarização do saber científico que faz do cientista um ignorante especializado. A transdisciplinaridade da Bioética ergue-se assim como uma actualização do paradigma emergente da ciência pós-moderna, moldando uma forma de olhar indispensável numa era onde *as condições epistémicas das nossas perguntas estão inscritas no avesso dos conceitos que utilizamos para lhes dar resposta*. (Sousa Santos, 1987). Dado que vivemos num mundo globalizado, as respostas às nossas perguntas ganham especial destaque, pois todas as decisões com impacto na sociedade afectam todas as pessoas e não apenas um determinado grupo. É neste contexto global que as éticas aplicadas protagonizam um papel de relevo, formando e informando os cidadãos sobre o enquadramento ético nos diversos domínios da acção humana. Como ética aplicada, a Bioética destaca-se pela sua capacidade de protagonizar uma ética cívica, na medida em que *não só estimula e promove a intervenção pública mas educa-a, contribuindo para que se torne cada vez mais esclarecida* (Patrão Neves e Osswald, 2007). É também no campo da Bioética que se opera a migração de conceitos e teorias desenvolvidos localmente para outros lugares cognitivos, sendo por isso uma transdisciplina que exige uma constelação de métodos e um diálogo permanente. O conhecimento local e total que a reflexão bioética constrói resulta de um novo pensamento que se cumpre num agir novo: hoje destacamos *uma forma de conhecimento que concebe através da imaginação e não da operacionalização e que generaliza através da qualidade e da exemplaridade e não através da quantidade e da uniformização* (Sousa Santos, 1987). O tratamento temático e não disciplinar do Real

exige este novo pensamento que se concretiza numa acção orientada para o saber viver e não para a sobrevivência, para a contemplação e menos para o domínio do meio ambiente, para a satisfação pessoal de quem acede ao conhecimento e menos para uma apropriação do mesmo como instrumento de poder. Trata-se, portanto, de um pensamento e de uma acção orientados pela responsabilidade face ao Outro no presente e no futuro.

3. O PRINCÍPIO RESPONSABILIDADE

O ser humano conquistou o mundo de uma forma irresponsável, descuidada e sem critérios, não o soube organizar de um modo equilibrado, considerando-se muitas vezes como um estranho na sua própria “casa”. Tal como refere Apel, na sua obra *Discussion et Responsabilité*, «o progresso é algo utópico em que os grandes triunfos e as grandes catástrofes da técnica caminham lado a lado» (Apel, 1998). De facto, se o ser humano já tinha perdido os princípios que o enraizavam ao passado, de ora avante perdeu as aparentes certezas que o guiavam em direcção ao futuro (Morin, 1991).

Um das dificuldades maiores que atravessamos relativamente ao passado e ao futuro prende-se com o facto de vivermos num clima de sobrecarga de responsabilidades, pois actualmente não nos podemos limitar a deixá-las a cargo da classe política, sendo a contribuição de cada cidadão fundamental. Fala-se de um futuro cada vez mais incerto mas paradoxalmente nunca fomos tão responsabilizados como agora pelo futuro que devemos deixar às gerações seguintes (Mongin, 1996).

O filósofo alemão Hans Jonas, na sua obra “O Princípio Responsabilidade. Ensaio para uma ética para a civilização tecnológica”, defende uma ética para as civilizações tecnológicas baseada no dever e na responsabilidade do ser humano em relação à natureza e ao futuro das próximas gerações humanas sobre a Terra. Assim sendo, o princípio Responsabilidade pode ser entendido como a designação moderna de uma ética de responsabilidade, que tem como principal tarefa a harmonização entre as obrigações e os direitos dos homens face à Natureza “Podemos arriscar a nossa vida mas não a da humanidade” (Marques, 1998).

Para Hans Jonas, o ponto de partida é o modo como a técnica moderna influencia o agir humano, oferecendo novas possibilidades e alterando essencialmente o meio no qual se insere. Esse agir, entendido como intervenção sobre a própria natureza, exige uma postura ética que seja adequada e proporcional à natureza transformada, pela ordem de grandeza e de poder de que está investido pela tecnologia. O ser humano tem de começar a agir no sentido de assumir uma responsabilidade moral face às consequências directas das suas acções pelo uso da técnica. No entanto, esta responsabilidade não se encontra restringida ao sujeito individual, mas sim ao agir colectivo, agir no qual a preocupação básica diz respeito aos efeitos remotos, cumulativos e irreversíveis da intervenção tecnológica sobre a natureza e sobre o próprio homem (Azevedo, 2003).

O autor defende que, em consequência do nosso agir irreflectido, somos impelidos a assumir uma “nova espécie de humildade”, como reflexo “do excesso do nosso poder de agir face ao nosso poder de prever e ao nosso poder de avaliar e ajuizar”. Conclui então que “a própria ignorância das implicações últimas se torna numa razão para que se faça uso de comedimento responsável – à falta da própria sabedoria”. O reconhecimento do desconhecido e da incerteza revela-se assim de extrema importância ética, pois deixa de ser um problema da mera existência, passando a ser da preservação da própria existência, contra a intervenção e a manipulação das tecnologias (Ferreira, 2004). No entanto, o princípio Responsabilidade não está restringido apenas e exclusivamente às responsabilidades que o ser humano tem para com as gerações futuras, mas também aos deveres que tem para com a natureza. A humanidade do homem continua a ser, em certa medida, a origem dos valores éticos, porém o respeito devido à humanidade já não pode ser separado do respeito devido à natureza.

Antigos pressupostos defendidos por Galileu, Descartes e mais tarde por Francis Bacon levaram a uma organização da sociedade em função das ciências e das técnicas. Para Francis Bacon, o importante era acumular mais ciência e mais técnica, o que conseqüentemente gerava um estado de maior desenvolvimento industrial, com vista a um maior bem-estar e até mesmo uma maior felicidade (Barbosa, 2003). O que Hans Jonas defende é que, se actualmente considerássemos estes ideais, tendo em conta os conhecimentos de que dispomos sobre os grandes mecanismos reguladores da biosfera, isso seria caminhar para um suicídio colectivo. A humanidade tornou-se numa verdadeira força planetária, isto é, adquiriu a capacidade de alterar os grandes ciclos bioquímicos, como os ciclos do carbono ou o ciclo da água. O facto de vivermos num mundo tão frágil, no qual o poder é praticado com sobrançeria, modifica radicalmente a ordem de grandeza das nossas obrigações morais: «tornamo-nos responsáveis pela própria existência das gerações futuras e, em certa medida, da perpetuação da natureza, condição de toda a vida humana» (Bourg, 1996).

Quer queiramos quer não, temos uma responsabilidade para com as gerações futuras e não estamos autorizados a colocar em risco a vida da humanidade. A existência de vida humana na Terra apresenta-se como um valor e a preservação das condições dessa existência como um dever a ser tido em conta pelas novas dimensões do agir humano. Assim sendo, não temos o direito de escolher o não ser das gerações futuras em proveito do ser da geração actual. Por não ser das gerações futuras, entendemos não só o facto de elas ainda não existirem, mas sobretudo o facto de elas não poderem vir a existir. O agir humano colectivo rende-se a uma obrigação, em face daquilo que ainda não é, ou em relação ao não existente que, enquanto tal, não pode sustentar qualquer pretensão à existência. Assim, instaura-se um novo imperativo: “age de modo a que os efeitos da tua acção sejam compatíveis com a permanência de uma vida autenticamente humana sobre a Terra” e “de modo a que os efeitos do teu comportamento não sejam destrutivos para a possibilidade futura de uma tal vida” (Bourg, 1996).

4. CONCLUSÃO

A natureza que sofre diariamente golpes de origem tecnológica terá ainda algo de comum com a natureza pura e genuína que conhecemos outrora ou com a qual sonhamos? A nossa acção introduziu ambivalência dentro daquilo que parecia posto ao abrigo das nossas intervenções (Renaud, 2001). Diferenciamos-nos da natureza a ponto de nos julgarmos estrangeiros, mas não podemos nem devemos separar-nos dela se quisermos continuar a aventura da vida. Devemos abandonar para todo o sempre a pretensa de domínio e conquista da natureza, tarefa que aparentemente Descartes, Bacon ou Marx atribuíram à humanidade, como se fôssemos estranhos a essa natureza. Este projecto tornou-se irrealista a partir do momento em que percebemos que o imenso cosmos fica fora do nosso alcance. O ser humano tomou consciência de que o devir prometido pela tecnociência conduz à ruína da biosfera e por consequência ao suicídio da humanidade.

Teremos de reaprender a ver, a conceber, a pensar, a agir. Não conhecemos o caminho, mas sabemos que o caminho se faz andando. Não temos pressa, mas sabemos que o impossível se torna possível na mesma medida em que o possível se torna impossível. Eis o novo sonho, incerto e frágil, que devemos desejar. Não temos a Terra Prometida, mas temos uma aspiração, um querer, um mito, um sonho. A sua realização pode começar hoje na educação de um novo olhar (bio)ético, pelo qual aprendemos ou reaprendemos o significado da tolerância sem relativismos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APEL, K. (1998) – *Discussion et Responsabilité: contribution à une éthique de la responsabilité*. Paris: Cerf.
- ARCHER, L. (1996) – «Bioética: Avassaladora, porquê?». In: *Brotéria 142*, pp. 449-472.
- ARCHER, L. (2006) – *Da Genética à Bioética*. Coimbra, Gráfica de Coimbra.
- AZEVEDO, S. (2003) – *A Ética aplicada às questões ambientais*. Futuras Gerações.
- BARBOSA, J. (2003) – *Descartes, culpado pela crise ecológica?*. O sentido da Terra.
- BOURG, D. (1996) – «Economia, Ecologia e Humanismo». In: *A Sociedade em Busca de Valores, coord. Edgar Morin / Ilya Prigogine*. Lisboa: Instituto Piaget, pp. 37-52.
- CASTRO, H. (2004) – «Interpelações Bioéticas em Educação». In: *Cadernos de Bioética*, Nº 34, Abril, pp. 57-74.
- FERREIRA, G. (2004) – *Ética e Ecologia: Perspectivas para uma discussão na actualidade*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- HASSAN, I. (1988) – «Fazer Sentido: as atribulações do discurso pós-moderno». In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Trad. João Paulo Moreira, Nº 24, pp. 47-76.

- HERAS, J. (2003) – «La Ecología: Nuevo paradigma hermenêutico?». In: *Revista Portuguesa de Filosofia*. Tomo LIX Fasc. 3, pp. 59-72.
- KUNG, H. (1990) – *Projecto para uma ética mundial*. Lisboa: Instituto Piaget.
- MARQUES, V. (1998) – *O Futuro Frágil. Os Desafios da Crise Global do Ambiente*. Mem Martins: Publicações Europa América.
- MOGIN, O. (1996) – «O Desencantamento Democrático». In: *A Sociedade em Busca de Valores, coord. Edgar Morin / Ilya Prigogine*. Lisboa: Instituto Piaget, pp. 65-75.
- MORIN, E. (1991) – «O Pensamento Ecologizado». In: *Os Problemas do Fim de Século*. 3ª ed. Editorial Notícias, pp. 177-191.
- NOGUEIRA, V. (2000) – *Introdução ao Pensamento Ecológico*. Lisboa: Edições Plátano.
- PATRÃO NEVES & OSSWALD, W. (2007) – *Bioética Simples*. Lisboa, Editorial Verbo.
- QUEIRÓS, A. (2003) – «A Ética da Terra e a ultrapassagem de um modelo de “ecologia profunda”. Paradigma de um novo Humanismo». In: *Ética Ambiental uma ética para o futuro*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.
- RENAUD, I. (2001) – «Ética e Ecologia». In: *Novos Desafios à Bioética, coord. Luís Archer, Jorge Biscaia, Walter Osswald, Michel Renaud*. Porto Editora, pp. 272-276.
- SMITH, M. (1998) – *Manual do Ecologismo, Rumo à Cidadania Ecológica*. Lisboa: Instituto Piaget.
- SOUSA SANTOS, B. (1987) – *Um Discurso sobre as Ciências*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- TOURAINÉ, A. (1995) – *Crítica da Modernidade*. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- VIEJA, M. (2003) – *Ética y Literatura*. Madrid: Editorial Tecnos.